

J&F contratou Lewandowski para atuar em sua antiga corte

Futuro chefe da Justiça elaborou parecer e acompanhou processo do TJ-SP, onde trabalhou por nove anos

José Marques

nasceu. A contratação de Ricardo Lewandowski como advogado da J&F, empresa de irmãos Wesley e Joesley Batista, teve como objetivo a atuação no TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), corte que ocupou antes de ser indicado ao STF (Supremo Tribunal Federal), em 2016. O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) não trabalhou no TJ-SP, onde passou nove anos.

Apresentado ao STF desde abril passado, foi anunciado pelo presidente Lula (PT) como ministro da Justiça e Segurança Pública, e tomará posse no cargo no início de fevereiro.

Entre a aposentadoria no STF e o anúncio de Lula, Lewandowski atuou para a J&F na maior disputa acionária do país, uma briga que se arrastou desde 2017 contra a Faper (Fa-

culcence pela Eldorado Papel e Celulose. A causa é bilionária e as empresas têm mobilizado bancos de advocacia para suas defesas.

A J&F procurou Lewandowski após sua aposentadoria. Pessoas próximas frisam que ele não foi contratado para atuar de forma genérica para o conglomerado, mas especificamente num processo do TJ-SP no qual a companhia dos Batistas tenta anular decisões favoráveis à Faper.

Lewandowski deu parecer sobre a causa e passou a acompanhar o processo, inclusive participando de audiências no TJ, segundo pessoas próximas.

Procurada, sua assessoria disse que ele foi contratado para a elaboração de parecer jurídico e do acompanhamento pontual de uma ação anulatória, oriunda de arbitragem, em trâmite no TJ-SP dentro do pleno exercício profissional da advocacia.

No parecer, ele assinou como "Professor Titular do Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo".



O futuro ministro da Justiça e ministro aposentado do STF, Ricardo Lewandowski. Foto: Imagem - 11/01/2024/Imagem/Agência Brasil

O texto é recheado por menções a outros conhecidos nomes da Justiça brasileira.

Lewandowski cita uma obra que escreveu, mas também levou o ministro Alexandre de Moraes, com quem dividiu a composição do Supremo, e decisões do ministro aposentado do STF Cezar Peluso e do ex-presidente do STF (Supremo Tribunal de Justiça) João Otávio de Noronha.

Além de sair egresso do tribunal de São Paulo, onde conheceu e atuou com desem-

bridade na compra de ações do frigorífico Bertin pelo INDEPS. O ministro entende que ambos estavam prescritos.

Esses motivos o levaram a ser contratado pelos irmãos Batista, na briga jurídica que tem dezenas de advogados de cada lado, das bancas mais conhecidas do país e nomes influentes no Judiciário.

A Faper Excellence, por exemplo, contratou o ex-presidente Michel Temer (MDB) para atuar em seu favor.

Atuação de Temer chamou atenção porque, em 2017, Joesley gravou uma conversa com o então presidente da República com suspeitas de corrupção relacionadas ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. A divulgação do áudio enfraqueceu o governo e levou Temer a fazer um pronunciamento público para dizer que não renunciaria ao cargo. A época, Joesley estava em processo de firmar acordos de delação premiada.

Com a ida de Lewandowski ao Ministério da Justiça, o contrato da J&F será interrompido. Valores e maneiras de pagamento previstas no contrato com a J&F estão selo sigilo.

Procurada, a J&F disse que não iria se manifestar.

O conglomerado, que é dono da JBS, obteve uma expressiva vitória no Judiciário recentemente, quando o ministro do STF Dias Toffi suspendeu o pagamento de uma multa de R\$ 12,5 milhões aplicada em acordo de leniência firmado em 2017, na esteira da colaboração premiada dos irmãos Batista na esfera criminal. A medida foi tomada no plenário do Judiciário, em dezembro.

Lewandowski se aposentou do STF no dia de aniversário em 2021, ao suspender processo do TCU (Tribunal de Contas da União) que pedira ressarcimento de R\$ 670 milhões por suposta irregu-

laridade na compra de ações do frigorífico Bertin pelo INDEPS.

Nesse período, além de atuar para os irmãos Batista, Lewandowski se tornou presidente do conselho de assessoria jurídica da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Convidado por Lula para o governo federal, acenou com a possibilidade de aceitar o convite, segundo aliados do presidente.

Mas disse enfrentar resistência na família, o que levou Lula a fazer um apelo inclusivo à esposa dele, Yara de Abreu Lewandowski.

O próprio Lula fez um reconhecimento público a Yara. "Graças a Deus a Yara teve a compreensão de falar para o Lewandowski: 'Tu sei que você quer ir, então vá, meu amor'".

Lewandowski substituirá Flávio Dino, que foi indicado por Lula ao Supremo, no Ministério da Justiça.

No anúncio da indicação, na última quinta-feira (18), Lula afirmou que, devido a questões particulares do ministro, a posse só ocorrerá mais adiante.

Como mostrou a Folha na semana passada, Lewandowski será o primeiro magistrado aposentado da mais alta corte a ingressar no Executivo em 17 anos. Especialistas ouvidos questionaram a atuação em carreira com impacto público após a saída do tribunal.

O professor da FGV Direito SP Rubens Glezer, por exemplo, disse que é preciso pensar em uma "aposentadoria obrigatória" para os magistrados do STF, que não precisam se submeter a quarentena após deixar a corte.

No Executivo, os ministros que deixam os cargos estão sujeitos a quarentena de seis meses antes de exercer atividade privada para evitar o uso de informações privilegiadas.

Coca-Cola Brasil APRESENTA

Economia circular com papel social

Programa Reciclar pelo Brasil une cooperativas de catadores e o setor privado para aumentar a reciclagem de materiais no país e melhorar a vida de quem coleta

O Brasil "assim como o mundo" precisa preservar seus recursos naturais e uma das formas é reciclando produtos industrializados. Também necessita regularizar trabalhadores informais, para que tenham renda melhor. Deve, ainda, incentivar a colaboração entre setores da iniciativa privada na proteção do meio ambiente. Quando um único programa consegue realizar todas essas tarefas, ainda em seus primeiros anos de existência, o destaque recebido é merecido.

Lançado em 2017, inicialmente como uma parceria entre Coca-Cola, ANCAT (Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis) e Ambev, o Reciclar pelo Brasil tem feito que o duplo sentido de seu nome sugere: incentivo ao crescimento da reciclagem pelo território nacional a favor do país e de sua população. Mais de seis anos depois, agora o programa estão ao lado da ANCAT nessa missão.

"É uma colaboração em dois níveis", afirma Ely Merendino,

secretário-executivo do Reciclar pelo Brasil. "É um programa em que o setor privado colabora entre si e com uma organização social que tem sua origem e trajetória no apoio à categoria dos catadores de materiais." Os números registrados, de 2017 a 2021, são cada vez mais significativos. Ao todo, mais de 600 mil toneladas de material foram recuperados (o que equivale a 20 piscinas olímpicas cheias), levando a uma arrecadação de R\$ 415 milhões.

A principal diferença entre o Reciclar pelo Brasil e outros programas de reciclagem do setor privado é a reunião de várias empresas em uma só programa e operação. "Antes do Reciclar pelo Brasil, a Coca-Cola tinha o seu projeto e cada uma das outras empresas tinham os seus", diz Rodrigo Brito, Diretor de Sustentabilidade da Coca-Cola para o Brasil e Cone Sul. "Quando a gente tem várias pequenas iniciativas, você multiplica custo, reduz impacto e não gera a troca e aprendizagem."

O impacto das ações e dos compromissos de empresas com a reciclagem tem sido sentido no próprio mercado dos materiais reciclados. Rodrigo Brito lembra que a The Coca-Cola Company estabeleceu globalmente, em 2018, metas novas em reciclagem, incluindo a necessidade do uso de material reciclado na produção de garrafas PET. "Isso para uma cadeia gigantesca de coleta e transformação", diz o executivo, que lembra que o preço do PET é hoje mais de dez vezes maior do que era há 20 anos, contribuindo, inclusive, com a renda dos trabalhadores envolvidos em cada elo de toda essa cadeia.

"Quando o PET é mais valorizado, ele é mais procurado, coletado e reciclado", afirma, motivo pelo qual o produto deixou de ser um dos maiores vilões da poluição dentro os diversos tipos de plásticos no país. Uma vez tirados do meio ambiente, os materiais coletados são efetivamente reciclados, criando uma cadeia de economia circular, reforça Brito. "O Reciclar tem dados por cooperativa, por cidade, por estado, por tipo de material, por quanto e para quem é vendido."

O programa já atende áreas distantes de grandes centros urbanos que contam com polos industriais de reciclagem, como na região Norte, mas nos próximos anos haverá uma preocupação ainda maior em fomentar a reciclagem e a circularidade nessas áreas. Segundo Brito, o Reciclar pelo Brasil deverá implementar intervenções mais específicas para os desafios de cada região do país, para fortalecer as economias circulares regionais. "A capilaridade e o desenvolvimento de cada região é parte do futuro do programa."

TOTAL DE MATERIAL RECUPERADO PARA RECICLAGEM (2017-23)

660,8 mil t

As 660 mil toneladas recicladas pela plataforma economizaram cerca de

2,2 milhões de MWh,

que seria suficiente para sustentar por um ano o consumo residencial de uma cidade com 5 milhões de habitantes

Por conta da reciclagem da fração de papel das 660 mil toneladas,

7,2 milhões de árvores foram preservadas, o que equivale a uma área de floresta de 12.700 campos de futebol

TOTAL DE VALOR RECUPERADO COM A COLETA (2017-23)

R\$ 415 milhões

COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES APOIADAS

460

Fonte: Reciclar pelo Brasil

EstúdioFOLHA:

ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

No coração do programa está também seu investimento na regularização e profissionalização da atividade de coleta de material reciclável pelo país, por meio de assessoria técnica e investimentos diretos em associações e cooperativas de catadores, para que se desenvolvam economicamente. A execução das ações de coleta de material fica nas mãos da ANCAT, entidade sem fins lucrativos criada em 2000 e liderada por catadores.

Para Merendino, a formalização das cooperativas tem sido um aspecto do Reciclar pelo Brasil tão valioso quanto as toneladas e os milhões de reais recuperados pelo programa. "Se uma cooperativa não tem seus documentos legais, ela não existe para um financiamento público, para uma prefeitura ou para outras empresas e uma série de outras oportunidades." Desde 2017, o Reciclar pelo Brasil já apoiou cerca de 450 cooperativas, impactando mais de 5.000 famílias de catadores.

O programa espera também que, em 2024 e nos próximos anos, o grupo de empresas e setores envolvidos aumente ainda mais. "A gente já conta com os setores de bebidas, alimentos e cosméticos participando e apoiando, mas diversos outros setores também produzem vários tipos de produtos e embalagens que precisam ser coletados e reciclados", diz Brito. "Que nos próximos dez anos a gente saia de só para 95 empresas participando do Reciclar pelo Brasil para darmos ainda maior escala ao impacto desse programa."

EstúdioFOLHA: Conteúdo patrocinado produzido pelo Estúdio Folha |